

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA
DO BRASIL (CPDOC)**

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação. A citação deve ser fiel à gravação, com indicação de fonte conforme abaixo.

BENTES , Raimunda Nilma de Melo . Raimunda Nilma de Melo Bentes (depoimento, 2006). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (1h 56min).

Esta entrevista foi realizada na vigência do convênio entre SOUTH EXCHANGE PROGRAMME FOR RESEARCH ON THE HISTORY OF DEVELOPMENT (SEPHIS) . É obrigatório o crédito às instituições mencionadas.

**Raimunda Nilma de Melo Bentes
(depoimento, 2006)**

Rio de Janeiro

2020

Ficha Técnica

Tipo de entrevista: História de vida

Entrevistador(es): Amilcar Araujo Pereira;

Levantamento de dados: Amilcar Araujo Pereira;

Pesquisa e elaboração do roteiro: Amilcar Araujo Pereira;

Técnico de gravação: Marco Dreer Buarque;

Local: Belém - PA - Brasil;

Data: 28/08/2006

Duração: 1h 56min

Arquivo digital - vídeo: 2; Minidisc: 2; MiniDV: 2;

Entrevista realizada no contexto do projeto "História do Movimento Negro no Brasil", desenvolvido pelo CPDOC em convênio com o South-South Exchange Programme for Research on the History of Development (Sephis), sediado na Holanda, a partir de setembro de 2003. A pesquisa tem como objetivo a constituição de um acervo de entrevistas com os principais líderes do movimento negro brasileiro. Em 2004 passou a integrar o projeto "Direitos e cidadania", apoiado pelo Programa de Apoio a Núcleos de Excelência (Pronex) do Ministério da Ciência e Tecnologia. As entrevistas subsidiaram a elaboração do livro "Histórias do movimento negro no Brasil - depoimentos ao CPDOC." Verena Alberti e Amilcar Araujo Pereira (orgs.). Rio de Janeiro: Pallas; CPDOC-FGV, 2007. A escolha da entrevista se justificou por se tratar de uma das principais referências de movimento negro na região do Norte do país e por sua forte atuação desde a década de 1980, principalmente na articulação entre militantes do Norte e Nordeste do Brasil.

Temas: Atividade acadêmica; Atividade profissional; Constituição federal (1988); Direitos civis; Movimento estudantil; Movimento negro; Pará; Racismo;

Sumário

Entrevista: 28/08/2006

Disco 1: Origens familiares no Pará; a discriminação racial sofrida durante o processo de escolarização da entrevistada; a questão racial na família de Nilma; reflexões sobre o discurso racial dos negros; trajetória acadêmica iniciada no curso de Agronomia na Universidade Federal Rural da Amazônia (Ufra) em 1968; o ambiente político de 1968 e as mobilizações na Ufra; a participação no movimento estudantil; a questão racial na universidade; os impactos das mobilizações dos direitos civis pelos negros nos Estados Unidos na militância de Nilma; as experiências profissionais durante e após a graduação em Agronomia; o processo de formação do Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará (Cedenpa); os encontros na Serra da Barriga como formas de articulação do movimento negro; reflexões acerca da Constituição de 1988; articulações do movimento negro entre outros estados; as ações promovidas pelo Cedenpa.

Disco 2: As cooperações do Cedenpa com outras entidades e instituições; as relações entre política e religiões afro; o bloco afro Axé Dudu; reflexões sobre a Lei 10.639; o espaço ocupado pela Cedenpa na Secretaria de Educação do Pará; as entidades negras e o apoio governamental; a implementação das cotas raciais no estado do Pará; apontamentos finais sobre a militância negra.

Entrevista: 28.08.2006

Amilcar Pereira – Então, Nilma, como eu já lhe expliquei, a gente busca, nessas entrevistas, associar a trajetória pessoal do entrevistado com o contexto social mais amplo, com o contexto histórico mais amplo em relação ao movimento negro e à sociedade como um todo. A gente gostaria então, de começar lá do início da sua trajetória: aonde você nasce, quem eram seus pais, como era sua vida lá no início, na sua infância, escola, e daí por diante.

Nilma Bentes – Bem, eu nasci aqui em Belém num bairro chamado Pedreira, que antigamente chamavam de subúrbio. Não era bairro que se chamava, era subúrbio. Meu pai não era negro, a família dele também não era negra e a família da minha mãe sim. E eu nasci na saída de um clube e ele era presidente desse clube, chamado Santa Cruz. E lá eu nasci, filha de uma família de oito irmãos. Eu era, digamos assim, da parte do meio para baixo. E hoje nós somos 50%, já morreram quatro dos oito. E a minha infância foi aquela, daquela época, criada às vezes, como eu digo, no leite da LBA, às vezes sopa de padre, para complementar a vida. Meus pais trabalhavam numa fábrica de quebrar castanha, e depois ele se tornou motorista e ela passou a fazer serviços junto com a minha avó: lavadeira, e depois vendia tacacá, cuscuz, carvão, e a gente ajudava, como era a história da maioria da população negra aqui em Belém.

A.P. – E os nomes dos seus pais?

N.B. – Meu pai era Américo de Oliveira Bentes e minha mãe era Áurea de Melo Bentes.

A.P. – Você morava num bairro aqui, e começou a estudar aonde? Nesse mesmo bairro?

N.B. – Não. Não comecei a estudar neste mesmo bairro. Nós nos mudamos desse bairro depois que meu irmão faleceu. Ele tinha tuberculose desde os 14 anos e morreu com 18 anos. E por causa da doença dele, como ele era o filho homem mais velho do que nós, a gente vivia se mudando para a melhora dele, diziam que o ar melhorava e a gente se mudava. Depois que ele morreu a gente saiu do bairro e veio para cá para essa área daqui do Marizal, que fica mais no centro da cidade. Aí eu comecei a estudar no grupo escolar. Toda a minha vida foi

em escolas públicas: grupo escolar, Colégio Paes de Carvalho, Escola de Agronomia, especialização na universidade, tudo grátis, nada pago. Como eu já disse, fiz Agronomia.

A.P. – Na Federal do Pará?

N.B. – Na Ufra, que hoje é Ufra [Universidade Federal Rural da Amazônia]. E depois de me formar em Agronomia que veio o ímpeto da luta.

A.P. – Mais vamos voltar lá para o início, lá para o início da escola. Como é que era o cotidiano na escola, como aluna? Você vivia aqui num bairro central de Belém, como é que eram as relações na escola?

N.B. – Eu sempre digo hoje, e em tudo que a gente faz diz isso, que a relação escola x família é fundamental para essa formação. E a escola é onde a gente aprende pela primeira vez que existe essa discriminação, que existe a questão do negro. Porque você não sabe explicar, mas você é discriminado na escola. E é uma dor que é desde cedo e ela faz com que a maioria das pessoas, de nós negros, que eu acredito, ou ela fica dócil demais, ou ela se rebela, ou ela tenta se mimetizar, se esconder, digamos: “Não quero nem ser visto.” E aqui no Pará, onde há uma miscigenação muito forte com índios, tanto índios como negros são discriminados, sendo que mesmo na escala hierárquica da discriminação ser índio é menos pior do que ser negro. Ainda assim. E tem essa superposição de raça, classe e gênero, que é indissociável. Então a menina no grupo escolar, depois você vai para o colégio... no meu caso particular que era um colégio que naquela altura era bem-conceituado, um colégio público, era difícil de entrar. As turmas eram selecionadas, por exemplo, quem tirava as maiores notas entrava para uma turma especial. Eu estive nessa turma especial e como eram poucos negros, claro, o embate era feroz na questão de ter que aguentar o racismo. Eu diria discriminações, porque na minha turma, quando eu lembro, ficava um menino que era nissei, japonês, um rapaz que era portador de necessidades especiais, hoje se chama assim – ele era aleijado –, e eu, assim, tipo um guetozinho dentro da turma, tentando se segurar das ondas. E a resposta que a gente dava, eu particularmente, era estudar: estudava, estudava, estudava até rachar. Não que eu soubesse responder. As aulas de História eram uma coisa horrível naquele tempo. A professora dizia assim: “Os negros gostam de usar ouro.” E aí os colegas diziam assim: “Abre a boca aí para

eu ver.” Eu ficava enlouquecida, mas aquilo eu engolia, engolia, engolia... Tudo foi muito introjetado. Botei muita coisa para dentro para poder sair da escola e cursar a faculdade, empurrando com a barriga, como a gente diz. Até que chega um momento em que a coisa não dá mais.

A.P. – Mas essa escola, sendo uma escola pública, no Centro de Belém, tinham poucos negros na sala de aula?

N.B. – Tinha, porque naquela altura as escolas públicas eram as melhores. Era uma inversão que hoje tem. Então, o colégio que eu estudei, inclusive hoje, essa minha geração, ela está mais ou menos no topo atualmente. Então, por exemplo: o governador estudou nesse colégio, os juízes, tem um monte de juízes que estudaram nesse colégio, os políticos também estudaram nesse colégio, então era um colégio formador desse tipo coisas. Até porque tinha um centro, que a gente chamava de centro cívico naquela altura que era dinâmico, discutia política num tempo em que não... Hoje a gente pode ver de trás para frente o que era aquilo, aí é mais fácil. Mas na época você só estava vivendo aquilo. Então, a classe média toda de Belém estudava nesse colégio, e os militares que eram transferidos, os filhos, quase todos estudavam nesse colégio. Então, para o pobre realmente conseguir o acesso, era duro. E não podia repetir porque não tinha privilégio.

A.P. – Tinha o exame de admissão.

N.B. – O exame de admissão era duro e tinha o tal de bi-repetente: você só podia repetir uma vez, senão você tinha que sair. É claro que isso não valia para os filhos dos militares e para a classe média. Mas valia para nós. Então, o colégio, apesar de ser público, tinha muito pouca gente... não é pouca gente, mas proporcionalmente, se eu fosse listar aqui essas pessoas que eram meus contemporâneos, que estão em posições como eu estou dizendo hoje, o governador, o ex-governador, deputados, secretários... então você via que era um *pool* de classe média que utilizavam o serviço público, a escola pública naquela época.

A.P. – Nilma, eu não queria perguntar, mas está se fazendo necessário: você nasceu em que ano?

N.B. – Eu nasci no “glorioso” 1948. Eu digo “glorioso” porque tenho uma amiga que diz “glorioso 1949”, e a gente fica brincando que o glorioso é o 1948. Tenho 58 anos hoje. E a nossa entidade tem 26. Quer dizer, a metade praticamente da minha vida. E a gente foi fundadora da entidade e gastou, e tem gasto, um pedaço significativamente da nossa vida nessa batalha.

A.P. – Mas então, eu queria lhe perguntar, lá ainda no início, como é que era a questão racial na sua família? Havia discussão sobre a questão racial dentro de casa?

N.B. – Não havia discussão. A minha avó, mãe do meu pai era extremamente racista. Ela não era negra e a minha mãe já sabia que ela não gostava de negro. Então a minha mãe tentava poupar a gente. A relação com a família do meu pai era a menor possível. Porque a minha mãe tentava zelar pelas nossas dores. A minha mãe sempre colocou: “Olha, não vai ali. Mas se for, não fica dentro da casa das pessoas, porque se sumir alguma coisa, vão dizer que é tu.” Então é sempre aquela história. Ainda mais com a avó sendo racista. A avó sendo racista, aí que era duro. Então a minha mãe sempre foi uma fera para defender a gente. Isso é uma pergunta difícil, porque até hoje existe essa discussão no próprio movimento negro, na criação dos filhos: você deve ou não deve colocar seus filhos logo diante da situação que ele vai enfrentar? Ou será que você, colocando, já vai fazer com que ele já enfrente a situação prevenido? Será que vale prevenir ou não vale? Eu sou da ala que acha que deve avisar a criança, porque a criança entra de peito aberto, aí pega uma cacetada do amiguinho, que é doloroso. Tenho casos de morar em edifícios em que as crianças brincam juntos o dia inteiro, mas quando chega o aniversário da branca, não convida a negra. Aí é um choque. Eu sou da ala do: “Avisa!” Porque eu fui avisada. Eu apanhei muito, mas eu...

A.P. – A sua mãe avisava?

N.B. – A minha mãe avisava todos nós. Não era só a mim. Mas ela avisava. E eu fui atleta também, então eu procurava não deixar ela ir aos jogos, porque os apelidos saiam tenebrosos. E ela ficava agoniada. Eu dizia: “Não vá. Deixa que eu...” Mas é terrível. A gente não sabia se defender naquela época. Hoje já é diferente. Felizmente, uma das coisas que o movimento

negro vem tentando fazer é justamente pavimentar, como a gente diz – aliás é até anticológico dizer pavimentar –, melhorar a estrada para quem vem, no que a gente chama de revezamento: você vai entregando o bastão para o outro e faz o máximo que pode. Aqui no Pará e na Amazônia... eu sempre falo que não é daqui que vai sair a implosão negra. A implosão negra, do movimento negro mesmo, tem que sair do Rio e/ou São Paulo, Minas e Bahia. Maranhão um pouco, mas a situação no Maranhão é tão péssima, digamos. Os Sarney conseguiram amassar tanto, que apesar da negrada ser forte, é mais difícil, porque você vê: o Maranhão até um tempo atrás era o estado com a maior população abaixo da linha da pobreza. E emigrando, emigrando também. Então eu acho que esses quatro estados: São Paulo, Bahia, Rio e Minas é que tem, digamos, a obrigação de fazer a concentração e fazer isso que a gente veio fomentando. Você vê que vai entrando em outros assuntos... Nós ainda estamos incipientes no nosso combate.

A.P. – Eu queria primeiro perguntar qual era o nome do colégio e como é que é essa trajetória no colégio? Você faz o antigo primário, faz o exame de admissão e permanece o antigo ginásio nesse mesmo colégio, e o científico? Como é que funciona essa trajetória?

N.B. – Não. Naquela época era assim: grupo escolar, que era o grupo escolar Pinto Maia, que seria o fundamental agora. Aí eu passei cinco anos nesse grupo escolar, depois passei para esse colégio através do concurso de admissão ao ginásio. Aí passei sete anos nesse colégio, que aí você faz o que era o ginásio e, no caso, eu fiz científico. Tinha o clássico e científico. Eu fiz o científico. Depois dos sete anos você faz o vestibular e passa para a universidade.

A.P. – E qual era o nome desse colégio?

N.B. – Colégio Estadual Paes de Carvalho.

A.P. – Eu queria saber, isso eu acho interessante, já venho trabalhando com a questão há algum tempo, e aqui no Pará, hoje conversando com os professores e tal... é claro que a questão da miscigenação é encontrada no Brasil todo, inclusive o mito da democracia racial, que ainda é muito forte, mas eu fiquei impressionado com os discursos em relação a essa questão da miscigenação aqui no Pará. Você acha que é mais forte, por exemplo, que em

outros estados essa questão? Você está dizendo que a força do movimento negro, essa implosão, deve vir lá dos estados do Sudeste. Você acha que isso se relaciona com...?

N.B. – Não. Isso está relacionado com a quantidade da população, com o percentual e com a quantidade. Porque em São Paulo, por exemplo, mesmo que seja 20% da população; 20% de 20 milhões é uma... Entendeu? É a quantidade de negros e a densidade política. Por exemplo, você não pode comparar um político deputado estadual do Pará com um deputado estadual de São Paulo. O peso político deles, o peso político do Sudeste é fortíssimo. Então a gente tem que reconhecer que está em um estado da Região Amazônica, que no fundo, no fundo, para o resto do país é tipo uma reserva florestal, em que as pessoas até fazem coisas como se não existisse gente aqui. Então é um conjunto de aspectos que fazem com que essa cobrança que eu faço do Centro-Sul, Sudeste, é lá, sobretudo dos homens negros. Eu sou da ala que acha que boa parte da situação que a população negra vive se deve a uma certa omissão ou a uma passividade excessiva dos homens negros. Levando em conta que o país é machista. Então, o homem negro não tem cumprido com o seu papel, digamos, de proteção da família negra. Ao contrário, muitos homens negros, se for pensar nos jogadores de futebol: você vê o Ronaldo – não estou falando do Ronaldinho, mas o Ronaldo – esconde a mãe, aí aparece com as “Cicarellis” nitidamente, depois ele diz que não é negro. O pai tem que dizer “Tu é negro”. É claro que isso é consequência do racismo, é claro que a gente entende também que o homem, dadas as circunstâncias das questões históricas, inclusive no pós-abolição as mulheres é que trabalhavam, os homens passaram muito tempo sendo sustentados pelas mulheres e isso ainda tem rebatimentos até hoje. Mas o homem negro também cai na armadilha do machismo. Ele se alia mais ao homem, pelo macho, do que pela raça. Como eu digo, se tiver um grupo de homens negros e não-negros, estou falando aqui, e passar uma mulher negra e alguém disser uma piada jocosa com a mulher, o homem negro não defende, ele fica calado. Raros interviriam nessa situação. Então ele se alia ao machismo e não se alia à questão da raça, que é absolutamente necessário que o homem faça valer essa condição do poder, que eu combato também, mas que ela tem que ser contextualizada. Ele não pode, não deve, um homem negro consciente, ao primeiro aceno de uma loira oxigenada ou não, já sair atrás e se sentir privilegiado, se sentir elogiado... E isso tem acontecido por séculos. E é claro e evidente que a família negra, inclusive a mulher negra também é responsável por essa reprodução desse homem, dessa coisa, porque a nossa família negra, muitas delas, ainda dizem: “Menino, vai

estudar, porque além de preto, é burro. Vai tomar banho, porque além de preto, sujo.” Essa reprodução inconsciente, é claro que a gente admite que tem, e por isso que a questão educacional é a facada... Não digo nem no olho do furacão, porque recentemente eu soube que não é o olho do furacão que é perigoso, é o lado. O olho eu acho que é tranquilo. Mas é isso, falta muito para nós.

A.P. – Voltando para a educação, eu fico pensando, você falou que foi fazer Agronomia na Ufra.

N.B. – Hoje é Ufra, mas naquele tempo era a Escola de Agronomia da Amazônia.

A.P. – E por que fazer Agronomia?

N.B. – Essa é uma boa pergunta que eu gosto de responder, porque eu, a rigor, tinha vontade de fazer Arquitetura. Só que naquela época tinha uma prova de desenho à mão livre, que tu tinhas que fazer na prova de vestibular. E para você desenhar, você tinha que ter aulas de desenho. Eu nunca tive cacoete de desenho, tinha que ter aula. E eu não tinha. Era pago e a gente não tinha condição de pagar. Eu já fazia um curso de vestibular que a minha irmã, que era enfermeira, pagava. Então eu não tive condições de fazer o que eu queria de fato. E aí eu fiz uma opção. A maioria da minha turma foi fazer Engenharia Civil. E talvez eu, por algum receio, achei que era bom. O fato é que, em síntese, para mim foi melhor. Pode ter sido os orixás, Oxóssi, “Vai para lá que é mato...” Mas eu não saberia dizer por que Agronomia, senão desse jeito: por impedimento eu fiz Agronomia.

A.P. – Você entra na universidade em que ano?

N.B. – Em 1968. Era a época da dureza, era a revolução sexual, era tudo...

A.P. – Como é essa entrada na universidade?

N.B. – Era uma época em que a gente teve sorte. Era isso, só entravam 40 pessoas, 40 alunos. Imagina, então tu tinhas que “estudar pra burro”. Eu passava a noite inteira andando de um

lugar para outro, porque o curso não preenchia todas as matérias. Por exemplo, eu precisava de Biologia, mas o curso era de Ciências Matemáticas. Daí eu tinha que estudar com outro grupo a parte de Química, e Biologia no outro. E eu passava a noite inteira andando, procurando, não sabia o problema e tinha que achar a resposta em algum lugar. E naquela altura, não era de marcar não. Eram cinco perguntas e tu tinhas que responder. Quer dizer, tudo tem vantagens e desvantagens, não é? Mas para nós era mais duro, porque dez ou cinco perguntas te levavam para o brejo.

A.P. – Mas nesse contexto político mais amplo, 1968 é um ano...

N.B. – É uma época... Aqui inclusive tinha greve, que o Edson Luiz morreu lá no Calabouço, no Rio de Janeiro, então aqui tinha umas passeatas que eram de arrepiar, porque chegava um pedaço em que a polícia chegava daqui e tu ias daqui, e ia chegando, e ia chegando... E aí? “Vamos dar de encontro...” Era terrível. Era uma coisa maluca que a gente fazia. Os estudantes ocupam a universidade e ficam lá, e é uma mistura de protesto mas de inconsciência também, porque a quantidade de livros daquela época não era o que é hoje. Acho que muitos estudantes daquela época que viraram outra coisa, as lideranças que viraram corruptos até, porque também não tinham uma consistência. Era muito porque a perseguição era alta e tu tinhas que acreditar que tu tinhas a verdade e que tu estavas me dizendo uma verdade. Era meio cego o negócio.

A.P. – Você participa do movimento estudantil?

N.B. – Nós participamos do movimento estudantil, mas era uma participação meio afastada porque a escola, a faculdade não era num local acessível. E nem a Universidade Federal do Pará estava agrupada no núcleo que ela é hoje. Então, por exemplo, a faculdade de Medicina era ali, a faculdade de Direito era ali... E a nossa faculdade, como era de Agronomia, era como se fosse lá no outro município. Então nós ficávamos mais ou menos isolados. Mas como tinha lideranças dentro da faculdade, da universidade lá que eram lideranças fortes, aí... estudante é estudante, não é? Eu inclusive estava pensando nessa militância, que às vezes chamam de militância estudantil, que a gente acha que pode tudo, e claro... é estranho que a gente repita, porque parece que aprenderam a andar: a, b, c... Muitas vezes você vê o

movimento jovem hoje... Nós também já fomos jovens. Ser jovem não é eterno. É uma coisa que nós já fomos também. E a gente sabe que o ímpeto da juventude de transgredir, é diferente. Como dizia o cara: “Quer acabar com o movimento estudantil? Dá emprego para eles.” Eles já sabiam, você empregado já ficava com medo de perder o emprego. Como é hoje. Quem tem seu empreguinho, segura porque está difícil. Então, é claro que a gente participava, distribuía panfleto, fazia as maiores loucuras, porque tinha que se reunir. Para fazer uma passeata, não ia tudo para o mesmo lugar, era com hora marcada: você vai para ali, outro grupo ia para ali, nada junto muito grande. Mas aí uns estudantes malucos, uns iam de óculos escuros, chamavam mais atenção do que... [riso] Depois reunia todos num lugar e saía, e os cavalos atrás.

A.P. – Você fazia parte do DCE? Havia DCE?

N.B. – Não. Havia, mas nós não fazíamos parte. Na faculdade não tinha isso, DCE mesmo. Tinha um DCE, mas não era semelhante ao que era na Universidade Federal do Pará. Era diferente. As lideranças, por exemplo, na Medicina, no Direito, na Economia, eram mais flamantes, as vozes... As nossas lideranças na Agronomia eram brabas. Até perderam ano, foram limadas mesmo. A nossa maior liderança nessa época era um rapaz de Goiânia. E como ele não era daqui, começaram a dizer que ele era infiltrado. Depois ele passou para o Partido Comunista e tal. Eles participavam dessas, nós, não. Nós éramos só estudantes. E na nossa turma, como de 40 eram só 4 mulheres, as mulheres então ficavam... Mas até que cumprimos a nossa parte nesse pedaço. Nós seguimos uma linha política razoável. O pai de uma amiga minha era muito politizado, era um farmacêutico daqui, famoso. E a gente conversava com ele e seguia um pouco... A gente era pobre e não tinha informação de nada, a gente entrava com cegueira. E você vai começando a compreender no processo, não é? E o processo não é esse processo que você vai para ali. Não. O processo é horizontal, vai para baixo, para cima... Então o que vale é a experiência da gente ir aprendendo no meio do caminho o que é menos ruim e o que é mais ruim. Naquela época tinha aquela questão que ainda dizem hoje dos estudantes, no próprio movimento negro, no começo a gente não sabe o que quer. Só sabe o que não quer. Ninguém sabe de nada, e vai fazendo: “Isso a gente não quer.” Era uma frase que era lapidar e isso ficou muito famoso naquela época. E hoje ainda tem isso, tem muito jovem também que não sabe o que quer, mas sabe o que não quer.

A.P. – E esse início lá Universidade em 1968, 1969, a questão racial surgia como uma questão importante?

N.B. – Sempre surgiu. Sempre. Primeiro porque nessa época os maranhenses vinham fazer prova em Belém porque não tinha faculdade lá. Então eles vinham. E vinha uma parte dos maranhenses que era negra e uma parte que não era negra. E tinha, e acho que ainda hoje tem, uma lei na agronomia que por exemplo, filho de pecuarista não precisava fazer nem prova, entrava, no caso da Agronomia. Então os negros maranhenses, e no caso só eu que era negra daqui, então era nítido o preconceito. Era terrível. Acho que até hoje ainda é. Até hoje a moçada negra padece. Em qualquer lugar, não só na Agronomia.

A.P. – Nesse momento na universidade, você percebia a questão racial surgindo no resto do mundo, nos Estados Unidos os direitos civis, Martin Luther King, Malcolm X, enfim, isso surgia como um referencial?

N.B. – Na universidade não surgia. Surgia para nós, para uma pessoa negra meio agoniada como eu por exemplo. Você vem sofrendo racismo desde o primário, colégio... Aí chega na faculdade ainda... Eu e mais duas amigas não colamos grau solene porque nós tínhamos feito um pacto de que, naquela altura, se o diretor fosse escolhido para alguma coisa, a gente não colaria grau. Éramos três mulheres e um homem. Quem quebrou o pacto foi o homem. Ele foi e colou grau. Mas nós não colamos grau. E aí, as minhas duas amigas eram brancas. E na hora de colar grau na secretaria, se eu não me agarrasse nelas, se elas não me fizessem também ir junto, eu não ia colar grau até sabe lá quando. Porque o negro também tem isso, na faculdade, como eu também era atleta, quando chegava em tempo de jogo, passava a mão...

A.P. – Você jogava o quê?

N.B. – Jogava tudo, quase. Polivalente. No meu colégio inclusive uma das coisas que fazia com que eu me destacasse era isso. E não era que eu fosse boa. Era só que eu tinha muita garra, muita raça. Era um pouco o símbolo da minha época, da questão do colégio...

A.P. – Quais os esportes? Para registrar.

N.B. – Atletismo, em quase todas as modalidades: corrida 100 metros, 80 metros com barreira, salto altura, salto em distância, até arco e flecha eu fiz. Porque se no colégio faltasse uma modalidade... Eu chegava lá: basquete, vôlei, tudo isso eu fiz. Depois também fiz na universidade, eu também joguei no campeonato paraense. Eu tive um tempo disso tudo. Eu gostava e sabia que o esporte é alienado, alienador. Eu tive um conjunto de fatores que fez com que eu convivesse com situações desse tipo, mesmo o racismo no esporte. É incrível! O vôlei, os esportes em que o time não interage. Por exemplo, no basquete, o jogador entra em contato com o outro. O vôlei é mais elitista, é mais difícil de entrar. Hoje quando eu vejo a seleção ter uns negros eu já acho vantagem, porque é difícil entrar no vôlei. Natação nem se fala. Tênis... Você pode ver a discriminação no esporte. O pessoal fica meio danado comigo quando eu digo que não considero o automobilismo um esporte, porque é a gasolina, é o pneu, o motor, a octanagem de não sei o quê... Tudo, o cara só faz ficar lá. Devia ter outro nome isso. Quem pratica? Uns dez, e os outros ficam só olhando. Então não é um esporte. Devia ter outro nome, menos esporte. Mas é o mais elitista, talvez, não é?

A.P. – Então Nilma, você tinha acesso a essas informações que vinham de fora sobre os Estados Unidos, os direitos civis?

N.B. – Pouco.

A.P. – Como é que era, você lia?

N.B. – Muito pouco. Uma das coisas que eu acho que me motivou muito nesse aspecto, foi aquela olimpíada, acho que era 1974, sei lá, uma coisa assim, que apareceu aquele pessoal dos Estados Unidos, que ganharam mas estavam protestando. A minha visão nesse período dos norte-americanos eram esses atletas olímpicos que protestaram e o Cassius Clay, Mohamed Ali naquele tempo, que não quis, perdeu o cinturão. Então era assim uma coisa bem forte para nós aqui, apesar da distância. Mas Martin Luther King muito pouco chega aqui, Malcolm X também não chegava.

A.P. – As revistas não chegavam?

N.B. – Não. Chegavam só essas figuras e pouco, muito pouco. A gente teve sorte de ter até esse pouquinho. Porque de qualquer maneira, o pessoal diz: “Vocês se baseiam nos norte-americanos.” Não, porque o processo político no Brasil, quando foi caindo a Ditadura, quase todos os movimentos se articularam, movimento de direitos humanos, de mulheres, e nós fomos também. O marco fundamental na nossa trajetória foi a mobilização para o Memorial Zumbi que o Abdias estava fazendo na Serra da Barriga. Estava tentando implantar o Memorial Zumbi em Alagoas. E ele fez isso no estilo Abdias: vai fazendo e vai rompendo. Até chegar aqui a coisa é difícil. E nós estivemos representados lá, que praticamente é um marco do nosso começo, digamos assim, que a gente considera um marco importante, essa participação na Serra da Barriga numa das primeiras reuniões para a criação do Memorial Zumbi.

A.P. – Isso em que ano?

N.B. – 1980.

A.P. – Então a gente pode começar a resgatar essa história do Cedenpa. Porque eu queria perceber o seguinte: se essas influências externas, aí mais Estados Unidos pelo que você disse, mas as lutas de libertação na África não chegavam aqui?

N.B. – Não. Não chegavam.

A.P. – Essas revistas de grande circulação, *Manchete*, *Realidade*, elas também não?

N.B. – Chegavam aqui. *Manchete* e *Realidade* chegavam. Mas não tinha muito conteúdo desse tipo, que a gente via. Tinha mais conteúdo de morte, o “bandido da luz vermelha”, o general, “não sei o que bandeira”, “o soldado que matou não sei quem”... Esse é um fenômeno, o que puxa mais é o escândalo. A mídia vive de escândalo. Então até hoje, você sabe que o pessoal lê a página de esporte e da polícia, que são as mais lidas. É também é o que chama. Então não tinha essa informação da África. Inclusive, no começo, quando a gente

começou a fazer mesmo alguma pesquisa sobre os bairros, o pessoal pensava que a gente estava fazendo levantamento para mandar de volta para a África. Ficaram apavorados. [risos] Era assim um desconhecimento total. Então havia um rechaço. Era uma loucura para a gente começar um trabalho aqui. Ainda é difícil em qualquer lugar do mundo. Nesses lugares também que eu digo... No Rio de Janeiro você vai para uma reunião inflamada, aí discute, sai quente, aí você sai da reunião e vem a cidade em cima de você: “Ah!” Como é que nós vamos encarar isso? Aí você se sente massacrado pela cidade: “Não, não dá.” Mas dá. Eu digo para o pessoal: “Dá! Tem que encarar.”

A.P. – Seguindo aqui, na universidade, você se forma em que ano?

N.B. – 1971.

A.P. – Aí você vai trabalhar? Como é que é?

N.B. – Eu já estava trabalhando quando eu me formei. Eu tinha passado num concurso para um banco, o Banco da Amazônia, colado aqui, por acaso. E também, como minhas raízes, eu fiquei 26 anos no banco. E fui passando. E vamos dizer, lá pelo terceiro ano de banco, como eu já era formada, eu passei para o quadro técnico. Então fazia análises de projetos rurais, principalmente pecuária. Então o serviço era analisar os projetos que vinham e sair para a fazenda para avaliar o gado, o equipamento, e assim se foram vinte e tantos anos.

A.P. – Mas essas informações do Brasil, o que acontecia no Brasil? Porque você se forma, em 1971, continua trabalhando no banco e em 1978, que é a fundação do MNU, que é um marco lá em São Paulo...

N.B. – Mataram um negro, eu acho... E daí a gente teve...

A.P. – Vocês recebem essas informações aqui?

N.B. – A gente recebeu essa informação, mas ela vem quase colada com esse movimento do Abdias de criar o Memorial Zumbi.

A.P. – Então vamos explicar, como é esse processo? Como é que Abdias chega aqui e isso surge para vocês?

N.B. – Ele não chegou aqui. Ele tinha articulações no Brasil. Talvez a entrevista fosse com ele. Ele queria uma maior representatividade na tentativa de criação do Memorial Zumbi na Serra da Barriga. Então ele se articulou com várias pessoas que ele podia. E, por acaso, aqui ele se articulou com um rapaz negro que trabalhava no Banco do Brasil.

A.P. – Qual o nome?

N.B. – Ele já faleceu, inclusive, esse rapaz. Eu me lembro que o nome dele era Paulo e era funcionário do Banco do Brasil. E ele conhecia uma amiga minha e disse que tinha uma passagem inclusive para a pessoa ir para lá. E aí foi, nós fizemos uma pequena reunião com quem a gente conhecia e quem foi para essa reunião foi um rapaz que hoje é da Ceplac [Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira], naquela altura ele era seminarista. O nome dele é Brasilino Santos Correa e ele foi nos representar para lá. Aí depois que ele veio, nós continuamos o nosso processo.

A.P. – Havia um grupo aqui?

N.B. – Havia um desejo e uma raiva. Você sabe que a raiva é muito mais produtiva que a alegria. Que se o pessoal ficar alegre, não vai a nada. Mas a raiva cria. E havia essa raiva, mais raiva nuns do que noutros. Quem passava mais, quem passava menos. E você entra na área de competição, você sofre mais do que outros. Outros nem competem, saem fora. Então havia um grupo que a gente bebia, digamos. Já havia um grupo, mas não era político. Era um grupo de amigos e que foi sendo politizado a medida dessa coisa, da demanda e do estímulo. Daí você faz contato com outra pessoa que é universitária, aí naquela altura já estava sendo criado o PT, um do nosso, do que a gente pode dizer assim do nosso tripé ideológico. A nossa entidade tinha um tripé ideológico. Tinha eu, que era a louca do pedaço. O pessoal até dizia que eu era anarquista. Eu nem sabia se isso se encaixava ou não. Tinha a Zélia que era da área da arte, de teatro, e o Felisberto Damasceno que foi engajado no PT. Ele advogado, ela

professora de Letras e eu agrônoma. Hoje ele trabalha em Brasília, na assessoria do PT, eu acho que de um deputado lá na Câmara Federal; ela é professora da universidade ainda, naquela altura não era, mas é professora da universidade; e eu depois que saí do banco fiquei aposentada e trabalho no movimento negro direto. Ele que não está bem no movimento negro, mas ele está no movimento mais geral. Mas nós duas permanecemos na nossa tarefa. E, claro, eu estou dizendo do tripé ideológico, mas tinha várias outras pessoas que eram do grupo: Estela, o que a gente chama de Quilombo da doutor Moraes, digamos. E aí a gente foi indo, nos reunimos num centro comunitário. Nós mudamos várias vezes de lugar. Às vezes inclusive por medo. Porque você estava na casa de uma pessoa se reunindo, e logo no começo era muito medo. E tinha esse pedaço das épocas: primeiro era denúncia. Era medo mas denúncia. Depois você vai agregando, parece que começa a poeira solar. E vai formando, vai sendo mais demandado. É claro que no começo todo mundo sabe que o movimento negro foi muito combatido pela esquerda, porque achavam que ia dividir, que não era para formar nada, porque primeiro era a questão social, primeiro a pobreza, depois... E depois, quando não conseguem acabar, daí eles tentam aparelhar. Os partidos tentam ficar dentro das entidades. Mas também não deu certo para eles. E a gente foi como o pessoal da Bahia no carnaval, abre o cotovelo e vai abrindo caminho. Então a esquerda era muito braba aqui, talvez no Brasil todo, mas aqui era muito difícil de convencer. Até hoje os partidos, sobretudo, talvez um dos mais duros seja o PC do B, que aqui alia mas não alia, compreende mas não processa, compreende mas *non tropo*, digamos. Mas a gente vai, a gente sempre colocou, a gente sabe e de lá para cá a gente adotou aquela questão que dizem da diferença do Partido Democrata para o Partido Republicano nos Estados Unidos, a diferença da Coca-Cola para a Pepsi-Cola, a esquerda e a direita aqui, na questão racial, a diferença é muito pouca.

A.P. – Mas esse processo de constituição, não só do movimento aqui, do Cedenpa, desse grupo, mas fundamentalmente também, a constituição dessa rede que vai levar o Cedenpa até o Memorial Zumbi, isso é um dos principais pontos que nos interessam nesse tipo de projeto. A gente queria entender um pouco melhor como se dá essa constituição. Primeiro, você estava explicando que era um grupo muito mais de amigos do que um grupo político. E aí, como é que isso acaba chegando nessa rede que se constitui e, enfim, esse amigo convida...

N.B. – Os amigos estão amigos. Aí pinça, como eu digo, uma pessoa que era a Zélia, que era da área de teatro e o Felisberto de uma área político-partidária.

A.P. – Ele já estava fundando o PT nesse momento.

N.B. – Eu acho que ele já participava do PT, já era bem no comecinho, porque o PT era de 1980 também.

A.P. – Isso tudo, a gente está falando de 1979, 1980?

N.B. – É. 1979, 1980. 1980 é quando o Abdias, tu podes ver no livro dele, *O negro revoltado*, tem esses registros lá. E aí pinça isso e começa a fazer o processo. Aí existia aquela coisa: legaliza ou não legaliza? Porque aquela rebeldia: “Não legaliza!” Mas daí ainda tinha aquele negócio do pessoal ficar na clandestinidade, o medo, uma sopa de coisas. Mas daí nós optamos por legalizar, por não conseguir conviver com esse negócio escondido. Na verdade era muita fantasia também do pessoal. “Já que nós estamos fazendo uma luta que a gente acha justa, então vamos para frente.” Então nós legalizamos no ano seguinte logo. E depois a gente fez essa articulação que foi estreitando com o Norte-Nordeste, que desencadeou nos encontros de negros do Norte-Nordeste.

A.P. – Esses encontros então na Serra da Barriga foram fundamentais?

N.B. – Sim. Foram fundamentais até para fazermos as primeiras articulações. Apesar do Abdias ser do Rio de Janeiro e São Paulo e também existir aquelas brigas, que sempre existiram e que sempre vão existir, as disputas políticas e dos polos do Abdias e da Lélia Gonzalez, naquela época tinha uma disputa muito forte entre os dois. E é claro que às vezes a gente ia para os encontros e não sabíamos como nos posicionar, porque a gente nem conhecia direito. “Vamos lá e ver.” Aí, nós seguimos a nossa trilha. Nós participamos dos encontros de negros do Norte e Nordeste. Em 1987 foi aqui o encontro. Era um momento difícil porque estava sendo discutida a Constituinte e a gente queria às vezes discutir a Constituinte, mas uma ala queria discutir a questão das mulheres, e as propostas... Foi um pouco uma confusão o encontro aqui em 1987. E você sabe que a gente fez uma cacetada de propostas para a

Constituinte, e passou muito pouca coisa do que a gente propôs. E a gente sabia que era duro, mas não pensava que era tanto. Porque tinha propostas que podiam passar. Aqui, no desdobramento desse processo lá, aqui na nossa Constituição [Estadual] daqui a gente conseguiu colocar algumas questões que não passaram no nacional, até por desinformação. Às vezes a gente tem que jogar com a desinformação dos políticos. É importante às vezes. É melhor eles serem desinformados do que quando eles são informados, e já são racistas e daí eles... Tanto que na revisão Constitucional de 1998 teve um deputado aqui que propôs a retirada do Artigo 68. Quer dizer, loucura! E um deputado daqui. Nós nem sabíamos da besteira que ele estava fazendo por lá.

A.P. – Você tem algum exemplo de alguma demanda que foi levada e que não se tornou...?

N.B. – A famosa medida compensatória, que era reparatória. É engraçado que ela era um dispositivo que a gente queria porque queria, que fazia isso que hoje é política de ação afirmativa. Ela era a proposta principal do movimento negro, e que não passou. Agora, ela passou aqui no nosso estado. Mas o estado é pouquinho, não tem força. A gente tem conseguido alguma coisa com ela aqui, porque não basta só passar, se você não ativar o direito. E essa medida compensatória foi terrível, uma derrota. A gente passou muito pouca coisa. E aí que a gente viu que a coisa ia ser dura mesmo pelas vias legais, porque o pessoal começava a dizer: “Vocês são muito legalistas.” Mas eu acho que o nosso legalismo do movimento negro está fundado no medo. Ainda hoje nós temos muito medo. Além de nós termos muito medo, a gente não se acerca do outro negro. Eu acho que a escravidão foi tão forte e tão poderosa no sentido da nossa autoestima baixar, que a gente não quer... Generalizou, errou. Não estou generalizando. Mas, por exemplo, eu não quero chegar a um negro para conversar e ele me rechaçar. Então a nossa dificuldade inclusive de chegar no próprio negro é também uma dor que a gente não quer ser rejeitado mais do que a gente já é. Então isso dificulta a mobilização. E isso eu tenho dito aonde eu vou, que a gente tem que romper. A gente tem que fazer como os evangélicos: não ter medo de nada. Sair e saber que vai ser rejeitado, mas vai ter que ir.

A.P. – Então, eu fico pensando aqui, nesse processo de constituição dos encontros Norte-Nordeste, tem um encontro em 1982 em São Luís, que é logo aqui perto, e essa articulação do

Cedenpa... Primeiro uma pergunta que eu queria ter feito antes, o Cedenpa já nasce como Cedenpa? Como Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará?

N.B. – Nasceu como Cedenpa, que é um nome muito grande, inclusive. Essa foi uma proposta do Felisberto, sendo que a sigla era proposta minha. Claro que se hoje a gente fosse fazer... Sabe que esse nome era atacado por um lado e pelo outro. Uns diziam: “O negro não precisa ser defendido.” O movimento negro brabo dizia isso. E os brancos diziam: “Defender o negro de quê?” Nunca foi uma coisa tranquila, e depois com o tempo passando a gente viu... essa entidade sempre foi hegemônica por mulheres. Então a palavra negro, hoje, tem que botar mais um adendo ou @... Mas a gente era fruto do nosso tempo. Não dava para ser de outra forma. Mas ela nasceu assim meio, digamos, já formatada. Acho que porque eu era bancária também. Inclusive o nosso primeiro estatuto era meio empresarial, eu acho. Era modelo assim, coopera aqui, coopera ali, depois é que o estatuto foi mudando um pouco. Mas ele foi “às três pancadas”, como a gente diz.

A.P. – E os contatos para fora do Pará, São Luís, como se dava nesse início?

N.B. – A gente tinha uma articulação antigamente muito mais forte com o Maranhão, porque era mais perto. E depois foi também afastando um pouco, até por causa do perfil da nossa entidade, como eu digo, hegemônica por mulheres. E o CCN sempre foi muito machista. Tanto que as mulheres saíram, uma parte saiu e fundou o Mãe Andreza porque não conseguiam conviver com os rapazes do machismo ortodoxo que existia lá. Não sei hoje. Então esse processo foi um pouco afastando. Teve um momento dos encontros, que a gente decidiu: “Vamos esquecer e vamos fazer o nosso caminho.” Na hora de tanta articulação, porque a gente vai briga e volta, vai briga e volta, teve muitos encontros que teve casos – não vou dizer os nomes –, mas as pessoas iam para transar, para conversar... Quantos filhos nasceram a partir dos encontros? Então existia isso, mas existia também uma ala “oba, oba”. Teve um colega nosso do movimento negro que uma vez foi para um encontro na Bahia e só voltou depois de seis meses. [riso] Então o encontro tem isso, tem os que vão mesmo com aquela coisa, mas tem uma boa parte... E era encontro de negros. Depois o pessoal começou a dizer: “Vamos botar de entidades.” Porque era inconcebível, porque não tinha números, como é que você vai reservar? Os negros chegavam... Não dava. Aí a gente foi fazendo o nosso

leito, digamos. Ficamos meio isolados e seguimos fazendo o que dava para nós fazermos, sem copiar. Cada estado é um estado. Você que sabe como é que faz. Eu fico dizendo lá para o pessoal do Rio de Janeiro: “Olha, faz assim.” Mas o pessoal... Eu digo: “O pessoal daqui, os negros, têm que passar do Largo do Machado. A Rocinha qualquer dia desses vai ter mais branco, porque já é um bairro.” Eu soube que é um bairro. Então, os negros não moram na avenida Atlântica. Inclusive eu conversando com um rapaz, eu fui comprar um disco de hip-hop recentemente, e Deus me livre, fui falar... Eu estava comprando e disse: “Mas um cara parecido com ele pode morar na avenida Atlântica, naqueles edifícios de lá. E nós? É garagista, jardineiro e empregada doméstica.” Quer dizer, essa coisa no Rio de Janeiro tem... Eu já disse para o pessoal, tem que arranjar um dinheiro e fazer assim uns 100 *outdoors*! Só de uma coisa. Uma campanha assim poderosa, com um suporte. Eu digo: “É bom ser negro.” E daí? Aí: “Eu fui discriminado.” “Você tem advogado?” “Não.” Não tem nada. Então, para você fazer uma campanha dessa, essa que eu digo que tem que fazer, que eu acho que o Brasil tem que fazer, tem que criar um suporte de demanda, que é o caso da nossa entidade aqui às vezes. A gente nem faz tanta propaganda porque a gente não aguenta. Se você faz uma campanha poderosa, aí os caras vêm para cima de ti: “Eu quero fazer não sei o que...” “Não tem.” “Eu quero fazer o curso...” “Não tem.” Para que eu fui mexer?

A.P. – E quais eram as ações que o Cedenpa, nesse processo de se constituir como entidade, promove?

N.B. – Pois é, no começo, como eu dizia, era denúncia. Depois, inclusive, existia a minha posição e a posição das outras pessoas. A minha posição era, um pouco, meio conservadora naquela altura, era assim: “O movimento negro, a nossa entidade vai ser intermediária. Ela tem que trazer o negro, estimulá-lo a participar. Quando ele for ao centro comunitário ele tem que se colocar como negro.” Ou seja, ela é intermediária, ela não é de ponta. Já os outros achavam que não: “Ela tem que ser tudo!” Aí, ganhou ser tudo. Daí começou a luta geral vir para dentro da entidade. E aí nós tínhamos um horário de reunião na casa do Felisberto e ele era casado com uma moça do Sime. Então nós nos agarramos um pouco na luta indígena. E desde cedo a gente trabalhou com projetos. Conseguimos que uma entidade da agência de cooperação internacional, que apoiava os índios, apoiasse um projetinho nosso. E assim a gente foi. Com esse projeto a gente construiu nossa sede. E a gente trabalhou primeiro na área

da cultura, que era a famosa questão cultural. E vamos dizer que hoje a gente imbuía nosso serviço mais para área da educação e quilombo fundamentalmente, que nós estamos trabalhando no momento mais afincadamente. Fora, claro, as leis, tudo, cultura, temos uma banda, temos uma banca na Praça da República, temos um carro que vai para cima e para baixo e que enfrenta os quilombos.

A.P. – Eu vou desligar agora para trocar a fita, e a gente volta já, já para as ações.

[FINAL DO DISCO 1]

A.P. – Então, eu queria saber, Nilma, um pouco mais detalhadamente como eram essas ações, por exemplo, esse primeiro projeto, que você acabou de falar que foi aprovado por uma agência da cooperação internacional, qual era esse projeto? Como eram focadas? Além desses projetos que, de certa forma, sustentavam a constituição do Cedenpa, havia ações de rua? Como é que funcionava a instituição nesse início de formação?

N.B. – Nesse início que é meio alongado. Porque quando a gente fala início, também pega esse encontro de 1987. É um longo início. [riso] Mas esse projeto...

A.P. – Esse projeto é em que ano?

N.B. – Esse projeto é de 1986, eu acho. Esse projeto que a gente recebeu apoio da cooperação internacional. Ele se ligava à elaboração de um caderno básico, a nossa cartilha que está e até hoje se chama cartilha, mas até mudou de nome porque já teve três edições; e ele tinha a questão da sede, do espaço, porque nós tínhamos tido uma experiência horrível para reunir aqui e ali; e tinha também a aquisição de instrumentos musicais para um bloco afro que a gente tinha. Nesse momento nós tínhamos alguns militantes que eram da Bahia, e o Cedenpa também sofreu influência desse grupo. Sofreu e sofre. Eram militantes, não é? Então o Cedenpa era meio interestadual porque tinha Bahia, Maranhão e Pará. A base dele era bem misturada, bastante maranhense, bastante proporcionalmente. Quer dizer, influência do Maranhão, influência nossa e influência da Bahia. E o bloco era uma influência muito forte da Bahia. Tanto que aqui a religião afro fundamental é mina, aí vem a umbanda, a quimbanda

e candomblé é o último praticamente. Mas como eles entraram na entidade e tinham um poder, um astral muito bom, eles influenciaram e influenciam até hoje. Tanto que a gente depois sacou que você falar em orixás tinha mais efeito dentro do nosso ambiente amazônico, do que falar das entidades que eram mais conhecidas aqui, que eram da mina, ou era mais Mariana, Jarina, tinha muito caboclo. Então quando você entrava com a linguagem de orixás dava um impacto maior. No fundo, no fundo, era um uso político da religião. Só que nós não estávamos sabendo tudo isso naquela altura. Hoje a gente já pode ver o que foi que aconteceu um pouco com isso. Isso criava às vezes alguns atritos com estudiosos daqui do Pará, porque a gente não entendia por que criava atrito. Só depois a gente foi compreender que, como o candomblé era fraco, a gente estava fortalecendo uma coisa que não era muito daqui, era mais da Bahia. Só depois nós retomamos o valor da mina, que é influência também da mina do Maranhão e que é mais forte aqui no estado. Então o nosso bloco era político-religioso. Nós fazíamos questão de dizer que nós estávamos fazendo homenagem aos orixás e não trazendo a religião para a rua, porque isso era violar os preceitos. A nossa entidade sempre foi ecumênica porque a gente sabe que a maioria dos negros, aqui e no Brasil, são cristãos. Mas também o nosso dever é valorizar a religião afro. Então nós tínhamos essa coisa que foi boa para nós, tem sido bom para nós, inclusive a organização das casas de culto daqui o Cedenpa tem participação nessa criação, nesse fortalecimento da articulação dos terreiros daqui, das casas de culto, ou bate-folha, como dizem, ilê axé. Então ele tinha uma ação na área cultural com o bloco e com o teatro. Nós tínhamos uma peça que levou muito tempo, que chamava *Face, negra face*, era uma “carrada” de atores para contar a história dos negros desde... Era muito engraçado, porque já viu, os baianos são super ativos, mas também quando resolvem atrasar, ser “baiano”... [riso] era cruel, era briga total. Mas a gente passou um bocado de tempo com essa peça e o bloco. O bloco saiu vários anos, eu acho que saiu nove anos.

A.P. – Qual era o nome do bloco?

N.B. – Era o bloco afro Axé Dudu, que quer dizer “força negra”, e depois se transformou numa banda. Hoje a gente tem a banda afro Axé Dudu. A gente não teve uma avaliação concreta, porque como no bloco só saiam negros – os brancos saiam também, mas só no apoio, a gente não deixava dançar. Então era um caos, para a palestra que a gente ia, batiam na gente, porque nós éramos racistas... A gente avaliou que às vezes a gente apanhava mais

por causa do bloco. E também dava uma mão-de-obra danada, porque não tinha aqueles trio-elétricos que tem agora. A gente saía e tinha que arranjar um trator da prefeitura, uma carroça de não sei o quê, enfeitar não sei o quê, um gerador de não sei o quê... Era terrível, uma mão-de-obra muito forte. Então, quando chegou aos nove anos, a gente acabou com o bloco e virou a banda, que tem até hoje. A banda é específica, as letras das músicas, ela é só para isso, ela não tem uma vida própria de artista, ela é vinculada à entidade. Então tinha essa ação cultural e a ação de fortalecimento através de estudar. Era o nosso texto básico que até hoje ainda tem. Nós achávamos que tínhamos que formar. Só que nós tínhamos um problema: na nossa formação, ninguém sabe até hoje se a gente errou ou acertou, mas a gente tinha muito firme que nós não devíamos separar a questão intelectual da manual, o campo e a cidade, a gente não tinha que fazer essas separações. Então, mesmo quando a gente fazia grupos de estudo, era difícil, nunca encaixou, nunca colou. Aí nós fizemos um jornalzinho, *O Pixaim*, que é o nome do jornal. Ele vai e volta, agora ele está voltando. *O Pixaim* era um informativo interno, e que a gente, através de alguns textículos com “x”, a gente ia colocando a questão do negro mais viável para a militância. Você vê que a maioria não gosta de ler. É impressionante. A entidade recebe muita coisa, mas pouco se lê. Agora o pessoal que está aí no Quilombo da República,¹ como a gente chama, é o pessoal que ficava lendo mais. Mas esse é um fenômeno brasileiro, não é só da população negra. A nossa questão é oral, a tradição é oral e agora visual da televisão, e isso está por se estudar. Ninguém pode forçar a pessoa, inclusive porque para você ler aqueles textos antigos, era muito difícil. São até hoje difíceis, tem textos que são difíceis, para você se politizar pela esquerda, se você for ler *O Capital*, poucas pessoas leem, mesmo em quadrinhos, é difícil para você compreender a mais-valia, a gente pensa que o lucro é isso, mas o lucro não isso, é muito complexo. Então nós sabemos, aprendemos no meio do caminho que a educação via cultura é forte, mas para a gente cumprir uma das coisas que a gente achava que era um dos papéis do movimento negro, que é criar argumentos, porque é importante, a gente sempre sentiu que o militante que tem argumentos é capaz de falar em público. Mas quando você não tem argumentos... Então essa construção de argumentos sempre foi muito difícil. Você vê inclusive agora nas cotas que a gente avança e apanha, avança e apanha, porque a [parte da] academia contra cotas é

¹ O “Quilombo da República” é o nome dado pelos militantes do Cedenpa para a banca da entidade que fica na praça da República, Centro de Belém, vendendo e divulgando materiais sobre a população negra e a questão racial.

forte, vão buscar argumentos que nem se usam mais. E aí a gente foi construindo argumentos e deixando a militância ser o que era, sem começar com camisa-de-força. Ou seja, é muito lento o nosso caminho. Nesses 25 anos nós fizemos algumas coisas interessantes, mas se você olhar o movimento negro brasileiro, o que era ou o que é, tem muitas pessoas que não aguentam e saem. Eu acho que uma das coisas que nós fizemos aqui, e no caso eu digo nós porque nós sempre tentamos ir juntos. A gente compreendeu que não pode fazer aquilo que eu chamo de afro-solo, aí tu sai da banda e vai tocar sozinho, vai fazer sua pesquisa, vai fazer palestras... Aqui não, a gente achou que tem que ir juntos. É claro que é super heterogêneo, é heterogêneo de idade, de nível de instrução e escolaridade, nível de informação, nível de renda, de religião, há diferenças enormes. E a gente tenta ir como os caranguejos: todo mundo junto, caindo para lá, para cá... Um dos receios nossos é que a gente acabe sendo como a casa das minas: o pessoal não passa os segredos, a casa vai se acabar, as mulheres se acabam e ninguém sabe. Mas a gente está cuidando disso, a gente tem feito um esforço de renovação. Porque uma entidade como a nossa, que é Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará, o caminho dela é a autodestruição, quando acabar o racismo ela se acaba. Mas isso é difícil, não é? Mas hoje a gente viu que erra, mas não tem erros assim... Porque é tão difícil a luta, que qualquer caneco de leite moça numa casa que sem nada...

Então, por exemplo, coisas que a gente sempre defendeu: nunca partidizar a entidade. Nós sempre nos mantivemos fora da disputa político-partidária, embora as tentativas tenham sido muitas. Então, ora a direita nos acusa, ora a esquerda, mas o nosso caminho... porque a gente sabe que na escravidão não tinha nem partido naquela época. Essa nossa luta transcende qualquer coisa. Isso foi importante e a gente não transigiu. É importante também a gente tentar manter essa coisa de não-separação. Embora seja muito lento o processo. Você opta, mas você sabe que, por exemplo, você não pode competir com grupos de estudantes universitários, que eles já partem dali para... E eu acho que a deficiência era de todos, essa questão da mobilização... Nós também tivemos muitas dificuldades quando surgiu esse negócio de ONG, esta palavra, porque nós já éramos uma entidade quando surgiu. Então diziam: “Vocês são ou não são?” “O que nós somos?” Até hoje a gente oscila entre um e outro e a gente sempre acha que a ONG tem um viés meio burocrático, meio intermediário, que é o que a gente faz, no fundo, na questão dos quilombos. E o movimento não, o movimento vai mais lá. Então a gente quer ser sempre mais movimento social do que ONG. Eu acho que a gente vai conseguir agora um outro perfil atualmente. Como você colocou no

início, as pessoas pensam que agora surgiu. Não, isso é uma trajetória enorme de batalhas sobre batalhas. A criação da Seppir parece que foi o Lula: nem pensar. É uma batalha feroz já há muito tempo. Mesmo isso não é unanimidade no movimento negro, porque passa a ser Estado, aí o movimento negro brasileiro, às vezes um militante não compreende que o Estado não é monolítico de fato, mas o racismo é muito forte dentro do Executivo, do Legislativo e do Judiciário. Então não é assim: você pode chegar lá e fazer isso e isso e aquilo. Não é assim. A gente sabe que nem na casa da gente a gente pode fazer. E aí é uma cobrança muito forte, que é natural. Às vezes a luta pelo poder também. Nós somos humanos. Nós somos negros e humanos, então isso também faz parte da luta. As pessoas às vezes dizem: “Mas vocês deviam ser unidos.” Mas os sindicalistas são unidos? Os professores são unidos? A Igreja é unida? A Igreja não é. As relações com a Igreja são difíceis às vezes. Lembra lá no Rio de Janeiro, acho que foi braba a campanha da fraternidade que rachou, o único ano que racha... Aqui, nos primeiros Gritos dos Excluídos, nós tínhamos que batalhar para ser incluído nos excluídos, porque era assim: “Chama para falar. Não chama para falar...” Você sabe o que é essa, quem é do movimento negro sabe que tudo, absolutamente tudo, vai ser questionado e que nós não vamos ter moleza não. E a gente também não pode, porque tem um obstáculo aqui, parar: “Agora eu vou parar porque o obstáculo é maior.” A gente tem que chutar o pau da barraca e sair para aí. E o Rio de Janeiro, como foi a segunda capital do país, e como eu digo que ele tem a obrigação e a gente sabe das divisões que tem o movimento negro no Rio de Janeiro, dizem: “A gente tem que se unir...” Às vezes isso é bobagem, a gente não consegue se unir. Quem tem que fazer se une com quem pode e faz o que pode, entendeu? Aqui que é um estado pequeno, não no tamanho, mas em densidade política, há divergências. Aqui está concentrada a maioria das nações indígenas. Das duzentas e tantas do país, aqui eu acho que tem duzentas. E tem várias entidades, a Coiab, a Foirne,² que não se unem, claro. Aí querem que o movimento negro seja... Não vai ser nunca. Então cada um vai fazendo a sua parte. Cabe todo mundo. Isso eu digo, porque tem muita coisa para fazer, sobretudo nessa questão da educação. Porque nós tínhamos que ter alternativas, nós discutíamos: “Nossa entidade tem que se voltar mais para a questão de convencer os brancos ou se jogar para os negros? Vamos lá para os negros.” Essa ambiguidade do movimento negro, que também afetou a gente, ela prejudica. É claro que você tem que fazer as duas

² Coiab - Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira; Foirne - Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro.

coisas, ou três, ou quatro ou cinco ou seis. Mas com certeza, hoje eu digo que toda a nossa energia tem se voltar para a população negra.

A.P. – E a Lei 10.639, como está sendo o impacto dessa Lei aqui e como você vê essa Lei, que é uma conquista histórica desse movimento negro?

N.B. – É uma conquista. Ela foi muito boa para nós porque nós já tínhamos iniciado esse processo, que eu falei para você, de criar um espaço dentro da Secretaria de Educação, tanto do município de Belém como do estado. Então, quando veio a Lei, ela veio reforçar. Se o governador queria acabar com o nosso espaço, daí ele já... Ela veio reforçar. Embora você saiba que ela não é uma grande coisa, essa Lei, porque ela é meio complicada. Até hoje a gente não sabe de que África você vai falar. Já que não existe uma África, existem muitas. E haja um turbilhão de livros que estão saindo sobre a África aí. Um dia desses eu encontrei com o professor Kabengele e disse: “Mas qual a África que a gente vai falar aí?” Porque são muitas Áfricas, não é? São mais de duas mil línguas, pode imaginar... Agora, a gente vai fazendo do jeito que dá. Na nossa situação aqui, nós dávamos muita ênfase na questão do livro didático, mas, fundamentalmente, nas relações interpessoais. Porque a nossa experiência como militante é dessa. Então, uma coisa é tratar o material pedagógico, os professores, outra coisa é o relacionamento dentro da escola. Porque é isso que eu acho que é o ponto nevrálgico da questão, que os livros não vão trazer. Porque a professora aprende esse negócio, mas lá do lado dela mora um negro que ela discrimina, ou a professora negra se auto desvaloriza e aí quando tem um aluno negro, ela própria não sabe o que fazer na hora do “pega”. Isso que é difícil nessa questão da Lei 10.639, ela trata de uma coisa burocrática, digamos, regulamentar, curricular, que é importantíssima. Mas ela não abre espaço para essa coisa, porque só conhecendo a história você não vai eliminar seu racismo do dia-a-dia. Se no ambiente escolar a relação, vigia, se a merendeira que dá por último o mingau para a criança negra, aqui a que dá duas vezes para uma branca e não dá para outra, o professor, que o outro xinga a criança e ele não interfere... Isso é doloroso na nossa experiência de vida a gente sabe que aqui, pelo menos aqui no Pará – não diz que é em outro lugar que é isso, aqui é assim –, é muito duro. Ninguém aceita que é racista, mas o racismo é forte aqui. Todo mundo que vem de fora sente. Principalmente os negros.

A.P. – Esse espaço que o Cedenpa consegue galgar na secretaria do Estado e na secretaria do município, de Educação, como é isso?

N.B. – Ele cria um espaço, digamos, Núcleo de Educação Inter-racial. Só que eles não deixam a gente levar gente de fora. Aí eles carregam de dentro do corpo de funcionários pessoas negras que a gente indica para trabalhar lá. Agora nós temos um problema...

A.P. – Como é essa articulação? Como vocês conseguem isso?

N.B. – Antes da 10.639, nós pedimos audiência com a secretária e pedimos para criar um núcleo. E, claro, é difícil, mas a gente faz articulação com o governo, com políticos: “Quem é que influencia o quê?” E daí você vai e começa a minar e faz acontecer. Mas daí isso não é decreto, não foi lei também. Então você tem que ficar zelando, porque se troca o secretário, daí lá se vai... Então, depois de criado, a gente vem tentando que ele permaneça. E a Lei, como estou dizendo, veio fortalecer isso. Agora, paralelamente a isso, nós temos uma proposta de decreto que está sendo... há tempo que já devia ter sido assinado, mas eu acho que a claudicação tem a ver com a própria claudicação do governo federal. Sabe que isso aqui é uma federação *ma non troppo*, não é tanto uma federação. Os estados dependem da posição que o governo federal tomar. Então, aí tem a questão do Estatuto da Igualdade Racial. Aí o pessoal diz: “Mas se não foi votado é porque...” Ou seja, existe uma hesitação na assinatura desse decreto. Ele está pronto e ele vai fortalecer esses espaços, e criar um programa ou um espaço que vai tratar da população negra. Porque aqui já existe um espaço para tratar da população quilombola, um programa que o governo criou para tratar da questão quilombola e indígena. Mas nós queremos para os negros, nós pedimos isso. Mas quando ele foi fazer, ele fez só para a população quilombola que ele achava que era o que ele dava conta de fazer. E aí a gente continuou insistindo para criar um espaço para o negro como um todo, porque pelo que se sabe o somatório da população quilombola não chega a 10% da população negra. Então você tratar da questão quilombola, faz de conta que está tratando da população negra, mas não está. Então nós queremos aqui, a periferia, a coisa do dia a dia. Então, aqui, o que a gente tem? A gente conseguiu criar uma delegacia especial, que era para negro mas aí virou para todo mundo, homossexual... Aquela coisa que acontece: a Seppir por exemplo, foi criada por nós, mas aí teve que abrigar a questão indígena, cigana, judaica... E tudo que a gente cria

é assim, vem os outros enganchados. Então temos esse espaço na secretaria de educação tanto no estado quanto no município de Belém; temos essa delegacia que é especial para casos de discriminação, pode ser qualquer uma. Fomos nós que criamos...

A.P. – E essa delegacia foi criada quando?

N.B. – Acho que foi em 1996 ou 1997.

A.P. – E ela é ligada especificamente à Polícia Civil do Estado?

N.B. – É. A gente queria que ela funcionasse fora, mas daí tudo tem vantagem e desvantagem, não é? Primeiro ela foi criada junto com a [delegacia] do turista, no espaço onde era a do estrangeiro. Depois ela se mudou. Agora ela está funcionando dentro de um espaço da Polícia, num comando aí. E assim a gente vai, porque nós descobrimos em algum momento da nossa trajetória que, claro e evidentemente, nós não íamos dar conta de tratar... O Pará é o segundo estado em dimensões, tem 143 municípios... E aí a gente disse: “Vamos direto para a base do Estado.” Então, quase todas as nossas ações são para fazer o estado se responsabilizar pela sua parte, e a gente tentar fazer o que der. Isso também foi um *insight* afro-político, digamos, porque isso é tão evidente de fazer, mas só que às vezes não vêm... Nós víamos que nós fazíamos livros, levávamos para a escola, íamos trabalhar na escola, aí a gente tinha esperar o professor faltar para entrar e falar com os alunos ou um professor deixar, aí o nosso livro não era considerado de boa qualidade. Então dissemos: “Vamos fazer por dentro. Aí os professores obedecem. A formação é de professores, não é de aluno. Nesse momento nós temos que formar os professores primeiro, depois os alunos.” Então, foi com o erro que a gente foi aprendendo. E também, hoje existe uma discussão que eu acho interessante, à medida que o governo federal também vai dando acesso aos projetos, ela é uma coisa boa, mas também arrefece um pouco o ímpeto de luta.

[INTERRUPÇÃO DA GRAVAÇÃO]

A.P. – Continua gravando.

N.B. – Eu estava falando que à medida que a gente começa a ter acesso a verbas federais, projetos, isso vai demandando muito mais a nossa... primeiro porque você tem que ter não sei quantas certidões para ter o acesso, depois tu tens que fazer quantos relatórios a gente tem depois de que prestar conta, depois o tribunal te pede, depois o Ministério Público te pede, que tu acessa as verbas mas o teu espaço de mobilização social, de trabalho político propriamente dito, recua. Mas a gente vai descobrindo isso e aí fica: “se correr o bicho pega, se ficar o bicho come.” Porque você precisa ter dinheiro para fazer as coisas, mas você também tem que fazer a diferença. Então eu acho que o papel do Estado, do governo que quer realmente uma sociedade democrática, é de fortalecer esse trabalho. Então a gente tem que fazer projetos para fortalecer a mobilização. Por exemplo, tem um monte de projetos de hip hop, você pode mobilizar também pelo esporte, que é uma coisa fantástica para mobilizar. Você não vai botar sua bola, você vai fazer aquela fala tal e tal... Tem muito espaço, mas o Estado tem que reconhecer que nós que devemos dizer que projeto é. Por enquanto o projeto já vem tipo carimbado: “Tem verba para quilombo lá para o Marajó.” Quer dizer, além de ser para quilombo, é lá para o Marajó. Não tem grau de liberdade para a gente atuar. Acho que nesse sentido que a gente tem pressionar a Seppir para fortalecer as entidades para que num recuo, não vou dizer que o governo Lula é tão “prafrentex”, digamos assim – a minha palavra “prafrentex” já denota a minha idade –, tão avançado, mas avança um pedaço e não devemos voltar. Então eu acho que se ele fortalece as entidades e as organizações, a mobilização, depois que acaba o governo as entidades continuam fortes. Senão, se ele leva para si tudo, se a gente fica dependendo dele, aí quando acabar o governo o outro vem e retalia, aí a gente não tem nada. Então é uma situação no momento, que está sendo questionada. Nós temos que ter um leque, uma abertura muito grande para compreender o que está acontecendo. A gente já sabe, a gente está cansado aqui, ainda mais na Amazônia, em que em alguns quilombos as pessoas dizem: “Fulano é dono daquele quilombo.” E que existe também um movimento para tornar os quilombos etnia e existem algumas entidades não-negras que estimulam a disputa dos quilombos com o movimento negro urbano. Então, isso tudo a gente precisa não deixar que aconteça, porque a questão é negra. Aí vem essa questão da afro-descendência para amenizar o negócio. Não, nós temos que ser mais firmes nessa história. Eu fico completamente contra. Não vou dizer que não haja etnia quilombola. Mas que isso descolado do movimento negro geral, eu acho um absurdo. E isso às vezes vem sendo estimulado por algumas organizações, acadêmicos. A academia às vezes é pró e às vezes contra. A gente tem

uns “paus” federais às vezes aqui com a academia, porque nós somos objeto de estudo e a gente tem que respeitá-la porque ela é poder. Você que está fazendo uma pesquisa...

A.P. – Então, pensando na academia e nos “paus” que são quebrados dentro e fora da academia, como está a questão das ações afirmativas aqui no Pará? Eu li um documento, um manifesto a favor das cotas, que a Zélia foi a proponente das cotas na Universidade Federal, não é isso? Como é que está o processo, já tem cotas? Como é que está a discussão sobre ação afirmativa aqui no Pará hoje?

N.B. – Nesse caso, não é? Porque a nossa entidade advoga as cotas não só para a universidade, mas para concursos públicos, porque fundamentalmente vai pegar a população toda. Claro que é importante ter cotas na universidade, mas do ponto de vista do desemprego, a cota para concurso é melhor, eu acho. Na Federal ela passou em tese: passou, mas como tinha problemas jurídicos desses Prouni e não sei o quê, mas que alguns já tinham garantido um direito dos estudantes, ela não podia começar quando foi aprovada. Ou seja, ela só vai ser plenamente adotada em 2008. Ela está sendo adotada, mas em 2008 que ela vai ter plenitude dela. Foi aprovada isso: a questão dos 50% para escolas públicas e dessas, 20% para negros e negras. Agora, isso é bom, eu achei que foi vitória, embora a Zélia tenha saído meio murcha de lá, mas eu achei que foi vitória. Agora, cria um problema, porque o pessoal que não estudou na escola pública, os negros, que aqui são muitos, porque nem sempre teve vaga para os negros e às vezes existiam esses colégios que chamavam de “pronto-socorro”. Se você é negro e não estudou na escola pública, você está lascado. Porque aí, para entrar na universidade, você não pode ir pelas cotas, você tem que disputar os 50% que estão todos os brancos de classe média. Por isso que a cota racial é uma segunda luta. Nós ganhamos um pedaço mas não ganhamos como nós queríamos. Não foi uma vitória de Pirro.³ Esquece, buscar a Europa agora é cruel. Não foi isso, mas quando a gente pensa na negrada que não estudou na escola pública, aí vai ter que ralar muito mais para entrar na universidade. Vai ser pior, porque antes ela disputava os 100%, agora ela vai disputar com os 50%, e com todo o pessoal que está preparadíssimo. Então há esse avanço, a Zélia foi firme na condução da

³ “Vitória de Pirro” é uma expressão utilizada para expressar uma vitória obtida a alto preço, potencialmente acarretadora de prejuízos irreparáveis. Ela se deve ao episódio em que o Rei de Épiro (parte da atual Grécia), de nome Pirro, atravessou o Mar Jônio para conquistar os romanos na batalha de Heracléia. Embora tenha vencido a batalha, Pirro perdeu grande parte de seu exército.

questão dentro da universidade junto com o Grupo de Estudos Afro-Amazônicos, que foi criado relativamente recentemente, mas teve uma atuação muito firme nesse processo. Mas eu continuo batendo porque a nossa proposta nesse decreto também é criar cotas nos concursos públicos durante uns trinta ou quarenta anos.

A.P. – Esse decreto, como é que é esse decreto? Você pode explicar melhor sobre esse decreto?

N.B. – Ele foi super discutido. Nós fizemos uma proposta: primeiro, nós queríamos que fosse uma lei, aí nós pedimos para o governador apoiar, ou seja, pedir para os seus deputados votarem na lei. Só que o assessor de um dos deputados do lado do governador disse que a mensagem tinha que vir do governador para que a Assembleia votasse. E o governador não se achou confortável para mandar essa mensagem e preferiu assinar o decreto, propor o decreto. Porque aí o decreto pode ser derrubado a qualquer hora no próximo governo, não é? Aí ficou a discussão, mas eu disse: “Melhor um decreto do que nada.” Então discutimos bem com a assessoria e tal, só que quando nós fomos discutir com ele, ele falou: “Corta esse pedaço, corta esse pedaço...” E no momento ele tem um decreto que cria esse espaço para a discussão da questão negra, mas ele cria tipo um conselho, sem nada. Ele cria, vamos dizer, com uma secretaria, uma coisa meio fixa, não é que vai funcionar... É um departamento, digamos. Não chega a ser isso, mas é um departamento onde vai participar o pessoal, tipo um conselho também, da sociedade civil e do Estado, mas ele já tendo uma estrutura mínima para funcionar. E esse decreto está sendo discutido, eu tenho batido nos e-mails e eu não sei se seria bom ele ser aprovado agora a rigor, porque estamos num momento eleitoral. Ele pode querer aprovar agora e aproveitar. E se ele criar nós vamos ter que: “ajoelhou tem que rezar”. Não para fazer propaganda eleitoral, mas é uma demanda de... É isso, ele cria esse instrumento, esse espaço da gente fazer e propor as políticas e tal.

A.P. – É uma espécie de Seppir estadual?

N.B. – É um pouco mais Seppir mesmo. Porque o Programa Raízes dos quilombos tem um orçamento. Esse a gente pede que ele também tenha um orçamento. Então o que o Programa Raízes é? Ele tem um orçamento, daí ele joga um pedaço para a Secretaria de Educação para

tratar daquela questão do quilombo; pega o dinheiro dele e põe na Secretaria de Saúde para tratar da questão tal. Ele tem o orçamento. A gente está tentando que esse também tenha um orçamento. Agora, o próprio governo é heterogêneo também: um pessoal quer, um puxa daqui, outro, e vai se pegando. Não é que a gente se conforme, mas a gente sabe que é luta. Não existe assim: “Abaixo o racismo!” Não existe, porque o racismo é uma construção muito antiga. Eu mesmo, digo eu, sou uma da ala que acredita que, como ideia, o racismo não acaba, o que acaba é a discriminação, e que a gente tem que lutar contra ela. Eu não posso impedir que a pessoa pense em uma doutrina, o preconceito também está no campo das ideias. Mas o que a gente luta é contra a discriminação. E, nesse sentido, a gente vê que quanto mais firmes nós estivermos, mais avanços a gente tem. E eu estava dizendo para esse meu colega, meu hóspede, eu disse: “Olha, essa questão da cota, se não for agora, eu acho que não dá para recuar mais. A minha impressão é que a gente vai para frente com essa cota. Se não sair a cota a gente vai ter que sair para a rua.” Porque foi muito difícil o movimento negro aceitar, porque não é a melhor coisa a gente querer cotas. Mas diante do exposto... muitos de nós éramos contra que se adotasse. Mas a gente vê que tem que acontecer alguma coisa, tem que ter uma intervenção, o Estado tem que intervir porque não há a possibilidade de se deixar pelas flutuações do mercado. Não dá. Então o Estado, não só o Executivo, mas o Legislativo e o Judiciário, vai ter que fazer uma intervenção. Porque desse jeito nós nunca vamos chegar à equidade. É difícilíssima a equidade. Mas se não for com a participação do Estado, não será. Porque daí, de outra forma, nós teríamos que fazer uma revolução, que nós não temos essa tradição, temos muito medo, e mesmo se a gente fizesse e vencesse, teria uma retaliação braba. Isso que eles dizem que pode acontecer com as cotas, é isso que vai acontecer se não tiver as cotas. Porque é difícil de se travar essa luta.

A.P. – Interessante. Então, pensando nessa perspectiva, como é que você faria um balanço em relação a esse início longo que continua, desde o início até os dias de hoje?

N.B. – Da entidade?

A.P. – Da sua atuação como militante e também da entidade.

N.B. – Porque no nosso livro a gente diz que o movimento negro começava na África, quando os negros se recusavam a entrar. Já brigavam desde lá, continua no oceano, se jogando, morrendo, e aqui é apenas um pedaço dessa luta. É claro que tem avanços. Mas nós, mortais, queremos que tenha avanços ainda com a gente vivo. E isso não necessariamente, não vai acontecer assim do dia para a noite, mas nós temos que ser firmes para deixar a semente. Quando a gente pede ação afirmativa, que é transitória sempre, vamos dizer, aos quarentas anos já dava para fazer alguma coisa. Mas, como eu estou falando em concurso público, se daí os caras resolverem fazer concurso público de 20 em 20 anos, só tem dois concursos. Então, a elite, a classe dominante branca, sempre encontrou razões de atrasar o nosso processo, sempre. Então, por isso, que quando eu falo essa questão do homem negro, aí eu bato firme e eles esperneiam, é uma forma de instigar mesmo, porque é preciso. Não é que a gente vai se comparar com os negros norte-americanos. Porque me disseram uma vez: “Mas vocês negros deviam ser como os negros norte-americanos.” Eu disse: “Mas vocês brancos são iguais aos brancos norte-americanos? Se vocês não são iguais aos brancos norte-americanos, não tem nenhum Bill Gates aqui, por que nós temos que ser iguais a eles?” Mas pelo menos uma coisa forte, que agora eu acho que vai ter nesse 20 de novembro, está se prenunciando, uma passeata... Não é uma passeata, vai ter um negócio muito interessante nesse 20 de novembro, que eu não me lembro o que é, mas é em São Paulo, se eu não me engano. Todo mundo... É tipo uma parada *gay*, digamos assim. Mas não é uma parada *gay*, e eu falo parada *gay*... porque ela também pegou uma folclorização meio estranha. É uma parada que vai ser importante para isso. Agora, ela tem que ser nesse caráter bem sério, digamos assim, no sentido de firmeza de propósito. Para mostrar um pouco que nós não estamos dispostos mais a recuar tanto. A gente só pode recuar se for como uma *tsunami*: tu recua e quando vem, tchum! Só podemos desse jeito. E eu acho que o pessoal, não obstante os Peter Frys, e as... esqueci o nome da mulher...

A.P. – Yvonne Maggie.

N.B. – Aliás, esse meu amigo que está e é espanhol disse que ela levou uma dura lá na Espanha. Mas eles nem dizem nada aqui. Ela pegou umas cacetadas lá firmes nesse negócio dela, e ficou quietinha. Então, a história da nossa entidade é semelhante a das outras, com uma diferença: ela é uma entidade mista hegemônica por mulheres – hegemônica que eu

digo é hegemônica pelo pensamento ideológico de mulheres – e que está na Amazônia brasileira, que é difícil de você ver o movimento negro. O pessoal pensa que só tem índio, que só tem as nações indígenas, e a gente tem tentado caminhar com as nossas próprias pernas, mas é impossível. A gente sempre vai ter que ter apoio. Aliás, justo, porque são 500 anos, o Estado nos deve, o Estado nacional brasileiro, todos os Estados sabem disso. Não é favor nenhum. A questão é que nós temos que ser firmes na cobrança e mostrar os argumentos dos “porquês”. E se não tiver, nós temos que ter outro mecanismo. Aqui a gente sempre usou um pouco disso, existem três formas de você atuar pela justiça: a justiça do “olho por olho, dente por dente”; a justiça legal e a justiça supranatural dos orixás, dos caboclos... Se escapar de uma vai cair na outra. A menos recomendável é a do “olho por olho”. Mas as duas outras a gente entrega a Xangô e ele faz o que tem que fazer. Quando não dá nem no “olho por olho” nem no âmbito legal, vai ter que apelar para a supranatural, que é justiça de Xangô.

É uma entrevista longa, já estamos cansados. Também em 1993 eu escrevi um livro, *Negritando*, que a capa já diz tudo que eu pensei dentro. Eu acho que estou no lucro em termos de vida. Já vivi bastante. Não que eu tenha feito... Eu fiz o que pude até agora e vou fazer o que posso. Às vezes sou uma pessoa deprimida, com “sobe e desce”, como a maioria dos militantes do movimento negro. Quanto mais consciência você tem, mais você sofre. De qualquer coisa, a consciência da discriminação. E você sofre mais. E a medida que sofre quer endurecer. Mas nem sempre a gente pode seguir os caminhos do argentino Che Guevara. Eu digo para as pessoas: “Mas vocês tem que puxar um argentino para ser o herói da história?” Como é? Hay que...

A.P. – “Hay que endurecer el corazón, pero sin perder la ternura jamás.”

N.B. – Isso não dá muito. Às vezes tem que perder a ternura, senão não caminha. Porque a relação muito “madre Tereza” é muito, digamos, paternalista, maternal... Vou fazer uma apologia, acho que sim: a gente tem que ser movido um pouco pela raiva, pela raiva da injustiça. Porque é muito... Aqui nós estamos ótimos, mas quando a gente se lembra dos nossos ancestrais... Uma vez eu perguntei ao professor Abdias: “O que é mais interessante para a gente manter a nossa energia de luta? O que é melhor, você ir à Serra da Barriga ou você ver aqueles depósitos de negros na África, em Gana...?” Ele disse: “Sem dúvida é ver os

depósitos. Você quando vê, você olha aquilo e é impossível você achar que vai dormir sossegado lá na sua casa.” Temos que ter, não é raiva do outro. Como, às vezes as pessoas dizem: “Mas eu não fui culpada. Meus ancestrais que fizeram...” “Não foi culpado do antes, mas é culpado do agora. Quando você branco, não percebe isso e acha que você não tem que pagar isso. Não. Seus ancestrais fizeram uma cagada com os nossos. Agora vocês vão ter que ceder a onda.” É justo, justíssimo que a gente reivindique a nossa parte. Além do que, também, quando eles falam forte, eu digo: “Nós não somos racistas. Porque se nós fossemos racistas, muitos de nós não alisavam o cabelo com chapinha, não faziam operação plástica... Mas se nós fossemos, nós tínhamos toda a razão de ser. Porque o que os antepassados de vocês fizeram com os nossos... Era para ter, mas infelizmente os portugueses fizeram um trabalho muito bom através da igreja. E não foram só os portugueses que fizeram, porque o Malcolm X já dizia que um dos piores crimes que os brancos cometeram contra os negros foi ensinar os negros a não se gostar. Ou seja, no Brasil isso é flagrante, não precisa nem ter lei para separar, porque o negro nem vai. Eu estava num debate recente no Rio, inclusive, falando do Érico Veríssimo, do “Olhai os lírios do campo” e que ao mesmo tempo dizia que não existia problema de racismo no Brasil porque o negro reconhecia seu lugar. E que isso ainda é hoje, então os poetas, o Monteiro Lobato, a escrava de estimação, e que ainda tem livros hoje. Então nós temos todo o direito de reivindicar a nossa equidade. Agora, eu também disse uma vez no meu próprio livro que todos os brancos são racistas, assim como todos nós negros temos problemas de autodesvalorização, só variando de grau: um branco é 2% racista, o outro é 70% racista; e o negro, um é desvalorizado 2% e outro é 80%. Eu sou uma pessoa que tenho a autoestima muito baixa. E talvez por isso, a minha forma de não deixar que me peguem é agredir. Eu sei que sou considerada uma pessoa, do movimento negro, agressiva e tal. Embora eu não seja isso tudo que as pessoas dizem. Mas eu acho que é uma defesa. É um problema de saber, daquele tempo do disco de vinil que tinha aquele buraquinho que quando passava a agulha... defeito de fábrica: já está e é difícil de curar. Mas se isso servir para alguma coisa, que sirva. Eu imagino que você ia me entrevistar aqui em Belém, claro que alguém disse: vai lá... Sem ser o seu pai também... porque a gente se conhece lá do Rio também, e ele é um cara muito legal, e também é bastante mediador, é mais mediador do que eu. Mas ele é um batalhador como todos nós. Com uma diferença: aqui, como é uma cidade pequena, talvez eu possa aparecer mais. Lá no Rio de Janeiro é mais

difícil trabalhar do que aqui. Mas eu me ofereci lá para as meninas da Criola:⁴ “Me traz para cá para eu fazer uns ativismos malucos. Já que eu não sou daqui, quem sabe...” Mas a mensagem que eu gostaria de deixar no final é essa de que eu espero que do Rio, São Paulo, Minas e Bahia, saia, não demore, talvez agora nessa parada já comece mesmo, uma mobilização mais forte para que os brancos ou não-negros respeitem-nos na dimensão da quantidade que nós somos, e que a gente consiga transmitir isso para os nossos descendentes. Eu não tenho nenhum porque na população negra tem gente que já teve dez, vinte, então deixa para o pessoal. Mas que é importante qualquer trabalho... porque eu brincava, porque eu tenho um amigo aqui que é da história oral, eu digo: “Mas agora a história oral tem que ser escrita, como é essa história?” Tu estás fazendo uma filmagem, está mais compatível com a história oral do que você escrever história oral. Como é que você vai fazer história oral já que tem um livro de história oral? O Brasil é isso. Uma vez eu disse num seminário: “Não esperem coerência do Brasil. Coerência é uma invenção europeia.” Ainda teríamos muito mais a discutir aqui sobre ética judaico-cristã, sobre uma cacetada de coisas, nós teríamos de conversar, porque conversar é diferente de você ir para um debate, não é? Se eu tenho um bocado de coisas para dizer, imagina o Abdias, que o Semog fez um livro, o Flávio também fez um outro, não é?⁵ Ele é que tem muita história.

A.P. – Está ótimo. Está maravilhoso. Eu queria lhe agradecer pela disponibilidade, pela boa vontade. Você tem mais alguma coisa a dizer para a gente encerrar?

N.B. – Será que eu tenho alguma coisa a dizer a mais do que essa ênfase que eu estou tentando dar. Eu acho que gostaria de instigar mais os homens negros. Eu acho que os homens negros necessitam... mesmo com esse papel reprodutor de ideologia que a mulher tem, o homem negro tem um papel a desempenhar que ele não está cumprindo, ele está recuando numa hora em que não deveria. E ele tem que ensinar também as crianças a isso. Eu acho que era a mensagem final. Eu sou uma pessoa que vou a campo de futebol, eu sei como

⁴ CRIOLA é uma instituição da sociedade civil sem fins lucrativos, fundada em 2 de setembro de 1992. É conduzida por mulheres negras de diferentes formações, voltada para o trabalho com mulheres, adolescentes e meninas negras, basicamente no Rio de Janeiro. Ver: www.criola.org.br [acesso em 28/09/06]

⁵ SEMOG, Éle & NASCIMENTO, Abdias. *Abdias Nascimento: o Griot e as muralhas*. Rio de Janeiro: Pallas, 2006.

as pessoas se comportam. Já fui ver um Ba-Vi,⁶ e é chocante você entrar nas cadeiras do estádio: a maioria branca, na Bahia, os negros todos confinados... loucura, loucura. Então não é só na Bahia que o pessoal das cadeiras é branco. Mas é que a gente não deve se conformar com isso. Então a minha mensagem final vai para os homens negros! É de cara, é ali! Olha, você hein? Ele está atrás... Nada de primeiro aceno de loiras oxigenadas. Pense na sua mãe ou no seu pai, em quem era negro na história, e vá para cima para zelar pelo nosso povo. Nós merecemos, já! Eu agradeço também essa oportunidade de estar fazendo essa entrevista com pessoas tão jovens.

A.P. – Nós que agradecemos mais uma vez.

[FINAL DO DEPOIMENTO]

⁶ Clássico do futebol baiano, Ba-Vi significa Bahia *versus* Vitória, que são os dois maiores times do estado da Bahia.